Opinião

Blockchain: temor e purificação

Se, inicialmente, a Bitcoin angariou o apoio de quem criticava os "banqueiros gananciosos", parece evidente, passada mais de uma década, que a tecnologia *blockchain* irá contribuir para fortalecer os mercados financeiros, renovando a confiança dos grandes investidores e trazendo para a sua mesa novas possibilidades de liquidez e de lucro.

Inês Faria, Sandra Faustino e Daniel Seabra Lopes
24 de Novembro de 2021, 7:00

Desde 2010 que se assiste a uma proliferação de projetos ancorados no *blockchain*, acumulando investimentos astronómicos EPA/SASCHA STEINBACH

Desde o seu aparecimento, com a entrada em circulação da famigerada Bitcoin, que a tecnologia *blockchain* tem sido adaptada a uma série de funções, alimentando o sonho de uma finança descentralizada. Se o mundo digital pré-*blockchain* não oferecia segurança suficiente para movimentar valor sem ser por intermédio do sistema bancário, este novo protocolo computacional tornou possível efetuar operações na internet sem a mediação de instituições financeiras, realizando-as de forma segura, a partir de redes *peer-to-peer* que permitem que a informação guardada se torne publicamente acessível e de uma criptografia que garante, pelo menos em teoria, a inviolabilidade dessa informação.

Não é de estranhar, portanto, que muitas pessoas tenham aderido a esta nova tecnologia com o desejo de abandonarem o sistema financeiro convencional, nem que governos e

ID: 7281903

reguladores tenham propalado os seus avisos contra os perigos do *blockchain*. Aos poucos, porém, o cenário começou a mudar. Sem dúvida que a narrativa que retrata a finança descentralizada como "subversiva" e "perigosa" continua presente, mas é tempo de analisá-la e refletir sobre as promessas e desconfianças suscitadas por um dos fenómenos mais marcantes da finança global pós-2008.

Desde 2010 que se assiste a uma proliferação de projetos ancorados no *blockchain*, acumulando investimentos astronómicos: em junho de 2021 circulavam 93 biliões só em ativos de plataformas de finança descentralizada. Para além da Bitcoin, surgiram milhares de outras criptomoedas, enquanto os movimentos especulativos em torno da volatilidade dos seus preços iam aumentando. Paralelamente, verificou-se uma intensificação das conversações entre atores privados e autoridades de supervisão financeira, com o propósito de regularizar iniciativas que pretendiam servir-se do *blockchain* para criar novos mercados.

Tendo em conta que esta nova tecnologia surgiu na conjuntura que se seguiu à última grande crise financeira, desde o início que o Banco Central Europeu e outras autoridades de supervisão manifestaram um cuidado particular com as experiências feitas em torno do *blockchain*. Entre os receios das instituições reguladoras conta-se a alegada instabilidade do valor das criptomoedas quando comparado com o valor das moedas oficiais, o qual se encontra protegido pela ação dos bancos centrais e da capacidade tributária dos Estados (de onde as propostas de alterações terminológicas que implicam a substituição do termo "criptomoeda" por "moeda digital" ou "criptoativo", e de *blockchain* por *distributed ledger technology*).

Um segundo receio diz respeito à ausência de uma supervisão oficial que faz com que o *blockchain* se preste a servir mercados ilícitos e movimentações anónimas, mimetizando o fenómeno das contas *offshore* e facilitando a lavagem de dinheiro (como aliás aconteceu recentemente a propósito da *Operação Miríade*). Enfim, uma terceira preocupação tem a ver com o "vazio" tecnológico que dificulta a conexão da finança descentralizada com o mundo *offchain*, isto é, o mundo das moedas oficiais, da banca de retalho, da legislação e das instituições do Estado de direito.

Sem pretender descurar a relevância destas inquietações, a verdade é que qualquer uma delas poderia – qual feitiço que se vira contra o feiticeiro – aplicar-se ao sistema financeiro globalizado e hipertrofiado que tem vindo a ser construído desde os anos 1970 por agentes de mercado e reguladores provenientes das economias mais avançadas. Trata-se de um sistema onde o valor da moeda se despegou definitivamente de qualquer garante exterior minimamente estável, dispondo os bancos comerciais de uma margem de manobra apreciável para criarem dinheiro contabilisticamente com base na abertura de depósitos para fins de concessão de novos créditos.

ID: 7281903

El Salvador foi o primeiro país a reconhecer a bitcoin como moeda de troca legal
REUTERS/Jose Cabezas

Ao mesmo tempo, estamos perante um sistema impossível de controlar a partir de qualquer autoridade central, podendo apenas ser "supervisionado" à distância e cabendo aos reguladores negociar parâmetros que, frequentemente, acabam por impulsionar práticas de mercado potencialmente disruptivas (foi o que se passou, por exemplo, com as medidas de colateralização adotadas pelo Banco Central Europeu no período que antecedeu a crise de 2008). Em consequência, o panorama regulatório tem vindo a complexificar-se exponencialmente – o que, longe de significar um maior controlo, atesta precisamente a extraordinária capacidade do sistema financeiro para se desdobrar e refundir através de práticas como a arbitragem, o *shadow banking* ou as contas *offshore*.

Tudo se passa como se, transcorrida a fase do temor inicial, em que as pessoas foram insistentemente alertadas para não investirem em Bitcoin e se manterem afastadas do blockchain, se tivesse entrado na fase da purificação, a qual foi cuidadosamente preparada por uma troika de grandes bancos internacionais, fundos de investimento e reguladores

Porquê tanto empenho, então, em criticar a instabilidade do valor das criptomoedas e a indefinição regulatória dos mercados onde essas moedas operam? A quem interessa, realmente, a existência de ativos altamente voláteis e a possibilidade de movimentar valor de forma anónima? A resposta a estas questões é, em nosso entender, óbvia: mais do que servir para alavancar projetos supostamente "revolucionários" ou de contribuir para democratizar a finança, tais características espelham os interesses de atores financeiros da "velha guarda" que, ao verem as suas práticas cada vez mais escrutinadas no espaço público, tentam agora expandi-las para novos territórios, necessitando para isso do beneplácito dos reguladores. Daí que, a par das experiências dos bancos centrais em torno da criação das suas próprias moedas digitais, o momento atual coincida com a autorização do acesso ao mundo da finança descentralizada por parte de megabancos de investimento como o Goldman Sachs, o Morgan Stanley, o Citigroup ou o JP Morgan, bem como de

ID: 7281903

gigantes tecnológicos como a Tesla, a Amazon, a Google ou o Facebook, e até de Estados que se mostram disponíveis para aceitar a Bitcoin como moeda oficial.

Tudo se passa como se, transcorrida a fase do temor inicial, em que as pessoas foram insistentemente alertadas para não investirem em Bitcoin e se manterem afastadas do *blockchain*, se tivesse entrado na fase da purificação, a qual foi cuidadosamente preparada por uma *troika* de grandes bancos internacionais, fundos de investimento e reguladores. Através da mobilização de narrativas que legitimam a exploração do *blockchain* em termos de segurança, transparência e agilização de operações convencionais, percebemos que a mesma tecnologia que foi desaconselhada a pequenos investidores está prestes a ser absorvida pelas instituições *too big to fail*. Em suma, se a Bitcoin começou por angariar o apoio de quem criticava os "banqueiros gananciosos" e o papel destes na crise de 2008, parece evidente, passada mais de uma década, que a tecnologia *blockchain* acabará por contribuir para fortalecer os mercados financeiros, renovando a confiança dos grandes investidores e trazendo para a sua mesa novas possibilidades de liquidez e de lucro.

Inês Faria é antropóloga e investigadora do SOCIUS/CSG. Tem trabalhado sobre temas relacionados com saúde, tecnologia e fintech
Sandra Faustino é investigadora do SOCIUS/CSG, estando a concluir o doutoramento em sociologia económica e das organizações, com uma tese sobre sociologia da finança
Daniel Seabra Lopes é antropólogo, investigador do SOCIUS/CSG e professor do ISEG. A sua pesquisa incide sobre instituições financeiras e judiciais

Os autores escrevem segundo o novo acordo ortográfico

Um ano a celebrar os 30 anos do SOCIUS/ISEG no PÚBLICO

O Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade de Lisboa é a mais antiga escola de economia e gestão do país. Para além da antiguidade, distingue-se de outras instituições de ensino superior portuguesas nesta área pela pluralidade científica e liberdade intelectual que o caracterizam desde sempre. Não é casual que o ISEG tenha estado no centro de muitas das movimentações políticas que atravessaram Portugal ao longo das décadas, que tenha sido o berço de algumas das maiores inovações nas ciências sociais portuguesas e que esteja bem preparado para compreender os complexos desafios que se colocam às economias e sociedades do futuro.

ID: 7281903

Numa escola como o ISEG, onde sempre houve espaço para a afirmação de visões distintas e vozes menos ortodoxas, é com enorme prazer que celebraremos este ano o trigésimo aniversário da criação do SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações – e do programa de Doutoramento em Sociologia Económica e das Organizações (PDSEO), do qual é unidade de acolhimento. Nestes dois projectos converge a mesma vontade de cultivar aquilo a que Albert Hirschman chamava apropriadamente "*the art of trespassing*". Derrubar fronteiras rígidas entre áreas de conhecimento, incentivar a colaboração entre nativos de várias ciências e cruzar a Atenas do Oikos (família e casa, mas também a base da ecologia e da economia) com a Roma do Socius (ligação, associação e sociedade), foram sempre a bússola que orientou a caminhada de dezenas de colaboradores que, em esforços individuais ou colectivamente solidários, se integraram em programas de investigação e em esforços de docência.

Como forma de comemorar os 30 anos da sua existência, o SOCIUS associou-se ao PÚBLICO para, ao longo de 2021, ir apresentando algumas das pesquisas em que tem estado envolvido. Uma vez por mês, durante o ano, investigadores e investigadoras do SOCIUS sintetizarão os resultados do seu trabalho, de modo a serem conhecidos do grande público. Estas pesquisas revelam ainda outras marcas distintivas do ISEG, que o SOCIUS partilha desde a sua origem: o entendimento da economia e da gestão como realidades complexas, a atenção aos problemas contemporâneos, a reflexão orientada para a acção, a abertura a novas maneiras de pensar e compreender o mundo.

João Peixoto, presidente do SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações
Rafael Marques, presidente da Comissão de Comemoração dos 30 Anos do SOCIUS/PDSEO

Antropóloga e investigadora do SOCIUS/CSG

Investigadora do SOCIUS/CSG

Antropólogo, investigador do SOCIUS/CSG e professor do ISEG

ID: 7281903